



DESAFIO 24h CESUPA LAW

**CASO 01 – (DES)NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COM BASE EM FORMAÇÃO DE
GRUPO ECONÔMICO EM EXECUÇÃO FISCAL**

Freire, Farias e Viana Advogados Associados /S

Gustavo Coelho Cavaleiro de Macedo Pereira

Michel Rodrigues Viana

RESUMO DO CASO

Trata-se de típico caso de redirecionamento de execução fiscal a terceiros a partir da alegação de existência de grupo econômico de fato, tendo o requerimento sido instruído a partir de informações sigilosas obtidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consubstanciadas em documentos e declarações relativas ao período da suposta caracterização do evento.

INTRODUÇÃO

Desde a criação do sistema público de arrecadação, os contribuintes comportam-se de maneira a evitar ou reduzir os impactos da intervenção governamental em seu patrimônio.

Com a evolução e o aperfeiçoamento da sistemática de apuração e recolhimento tributário, foi criada uma série de mecanismos de controle quanto ao regular cumprimento das obrigações fiscais.

Nesse contexto, surgiram as multas pelo não recolhimento tempestivo do tributo apurado, a possibilidade de exigência contra terceiros de débitos originalmente constituídos por outrem, além de diversos métodos coercitivos que visam tutelar os direitos do Estado.

No entanto, diante da existência de um ordenamento jurídico constitucional e legalmente estabelecido, apresenta-se uma problemática a ser apreciada e enfrentada, que é justamente a forma de instrumentalização da cobrança, pelo Estado, contra terceiros apontados como corresponsáveis por débitos de outrem, cuja causa de pedir seja a formação de grupo econômico de fato.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

Atualmente, no ordenamento jurídico brasileiro, o Código Tributário Nacional estabelece balizas a serem observadas para os casos de responsabilização de terceiros por débitos originalmente contraídos por outrem.

Naturalmente, devido às garantias constitucionais da ampla defesa, devido processo legal e contraditório, é assegurado aos contribuintes erigidos à condição de corresponsáveis por débitos de terceiros que possam opor-se às exigências fiscais, nos termos da Lei de Execuções Fiscais.

Com o advento do Código de Processo Civil em vigor, e em função da criação de instituto processual inédito até então, a saber, o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – IDPJ, se passou a debater acerca da necessidade ou não de aplicação do referido procedimento nos casos em que o Estado pretende exigir de terceiros débitos por eles não contraídos originalmente.

Os contribuintes defendem a necessidade de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – IDPJ apresentando como principal justificativa a necessidade de se oportunizar o exercício das garantias constitucionais da ampla defesa, devido processo legal e contraditório independentemente de prévia garantia do juízo, requisito que é expressamente fixado na Lei de Execuções Fiscais.

Em contrapartida, o Estado se opõe veementemente à prévia necessidade de instauração de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – IDPJ nos casos de responsabilização de terceiros por débitos de outrem, mediante o entendimento de que o Código Tributário Nacional e

a Lei de Execuções Fiscais contém elementos suficientes para subsidiar a possibilidade de redirecionamento direto da execução fiscal.

Como a corresponsabilização de terceiros, no âmbito direito tributário, possui inúmeras facetas, a necessidade de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – IDPJ apresenta-se como matéria extremamente controvertida, eis que, apesar de caminhar para uma consolidação sobre determinados aspectos (responsabilidade dos sócios administradores por infração à lei, decorrente de dissolução irregular de sociedade), é vacilante em relação a outros (responsabilidade de terceiros por formação de grupo econômico de fato).

Portanto, o propósito da situação em exame é o de avaliar se na situação em concreto apresentada há ou não necessidade de instauração de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica – IDPJ para incluir terceiros no polo passivo de uma execução fiscal movida originalmente em desfavor de outrem, sob o fundamento de ocorrência de grupo econômico de fato.

HISTÓRICO E SITUAÇÃO PROBLEMA

A UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ajuizou execução fiscal de nº 2014.001235-6 em desfavor da empresa ALFA TRANSPORTES LTDA, por meio da qual exige um crédito tributário no valor atualizado de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), decorrente do não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, relativo ao exercício de 2012, conforme apurado no Processo Administrativo nº 2013.0.0000987-0, que gerou a Certidão de Dívida Ativa nº 0123456-2013.

Após despacho do juiz admitindo o processamento da Execução Fiscal e determinando a citação da empresa ALFA TRANSPORTES LTDA para pagar o débito ou nomear bens à penhora no prazo de 5 (cinco) dias, foi expedida carta de citação com aviso de recebimento – AR, que, no entanto, acabou não sendo efetivamente recebida pelo motivo de que o destinatário “mudou-se”, após tentativa de entrega pelos Correios, realizada em 13/08/2014.

Em função do insucesso na tentativa de citação da empresa ALFA TRANSPORTES LTDA por via postal, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, em petição protocolizada no dia 27/08/2014, ratificou não ter havido mudança de endereço da referida sociedade nos órgãos de registro, razão pela qual pugnou pela nova tentativa de citação desta, no mesmo endereço, mas, desta feita, mediante a diligência de oficial de justiça.

Deferido o pleito e determinada a citação por oficial de justiça, este dirigindo-se ao endereço indicado, lavrou certidão em que afirma haver “DEIXADO DE CITAR A EXECUTADA ALFA TRANSPORTES LTDA, haja vista que o imóvel encontra-se fechado, tendo os vizinhos informado que a referida empresa não mais funciona no local há mais de um ano, razão pela qual recolho o presente Mandado sem ter lhe dado cumprimento. O referido é verdade e dou fé. Belém/PA, 7 de outubro de 2014.”

Ao tomar conhecimento da referida certidão, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL requereu a tentativa de citação da ALFA TRANSPORTES LTDA por edital, em 21/10/2014, tendo o pedido sido deferido no dia seguinte, e o edital publicado em 24/10/2014.

Expirado o prazo do edital, e sem que houvesse sido adotada qualquer providência por parte da ALFA TRANSPORTES LTDA, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL requereu bloqueio de ativos financeiros de titularidade daquela através do sistema BACENJUD, em 21/01/2015. Tal pleito foi deferido pelo juízo, que, no dia 28/01/2015, procedeu com a tentativa de constrição, que foi infrutífera.

Como consequência, em 29/01/2015, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL requereu o redirecionamento da execução fiscal a ANTENOR ARAÚJO, sócio administrador da ALFA TRANSPORTES LTDA, com base no art. 135, III, do Código Tributário Nacional, em função da ocorrência de dissolução irregular da sociedade, conforme Súmula nº 435, do STJ.

O pedido foi deferido pelo juízo em 04/02/2015 e ANTENOR ARAÚJO foi devidamente citado no dia 27/02/2015, sem, no entanto, haver efetuado o pagamento do débito ou ofertado bens à penhora. Este fato motivou a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL a pleitear bloqueio de ativos financeiros de titularidade daquele através do sistema BACENJUD em 10/03/2015, o que foi deferido pelo juízo na mesma data.

Em 17/03/2015, ao tomar ciência do insucesso da tentativa de bloqueio dos ativos de ANTENOR ARAÚJO por meio do sistema BACENJUD, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL requereu a suspensão do processo, na forma do art. 40, da Lei de Execuções Fiscais.

No entanto no dia 09/12/2020, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL protocolizou petição em sigilo, por meio da qual requereu o redirecionamento da execução fiscal e o bloqueio cautelar de ativos de FIRST AUTOVIÁRIA LTDA, e de sua sócia BRUNA BAHIA, sob o fundamento da existência de grupo econômico composto por ALFA TRANSPORTES LTDA, ANTENOR ARAÚJO, FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA.

A UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL utilizou como fundamentos legais do pedido o art. 124, I, do Código Tributário Nacional e art. 50, do Código Civil, alegando desvio de finalidade e confusão patrimonial.

Sustentou a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, que, conforme Contrato Social e Alterações Contratuais registradas perante a Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA, ANTENOR ARAÚJO constituiu a sociedade FIRST AUTOVIÁRIA LTDA juntamente com BRUNA BAHIA, no ano de 2001, e que, em 2011, ANTENOR ARAÚJO deixou o quadro societário da FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e, logo em seguida, constituiu a ALFA TRANSPORTES LTDA.

Alegou, ainda, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, que, durante os anos de 2011 a 2013, a ALFA TRANSPORTES LTDA funcionou em um imóvel de propriedade de BRUNA BAHIA sem que houvesse sido formalizada a venda ou mesmo o aluguel do referido imóvel de BRUNA BAHIA e ALFA TRANSPORTES LTDA.

Por fim, a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL aduziu que, conforme informações obtidas a partir do banco de dados do Banco Central do Brasil, mesmo ANTENOR ARAÚJO tendo se

retirado do quadro societário da FIRST AUTOVIÁRIA LTDA no ano de 2011, permaneceu com acesso à conta bancária desta sociedade até o ano de 2014.

A UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL utilizou como prova de todas essas alegações documentos sigilosos, dentre os quais destacam-se as Declarações de Imposto de Renda tanto das sociedades quanto de seus sócios e o já indicado banco de dados do Banco Central do Brasil.

Ao tomar conhecimento da narrativa e provas apresentadas pela UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL, o juízo reconheceu a existência de grupo econômico formado por ALFA TRANSPORTES LTDA, ANTENOR ARAÚJO, FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA, tendo determinado, cautelarmente, o bloqueio de ativos de titularidade de FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA através do sistema SISBAJUD, que foi integralmente cumprido.

Surpreendidas com o referido bloqueio cautelar realizado em processo sigiloso e à míngua do contraditório, em que foram diretamente erigidas à condição de corresponsáveis tributárias pelos débitos de ALFA TRANSPORTES LTDA e ANTENOR ARAÚJO, FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA, procuraram o escritório Freire, Farias e Viana Advogados Associados S/S – FFV Advogados.

No momento da consulta, FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA apresentaram contrato de locação do imóvel por BRUNA BAHIA à ALFA TRANSPORTES LTDA e os respectivos comprovantes de recebimento dos valores. Ademais, exibiram também um protocolo efetuado junto à instituição bancária comunicando a realização de Alteração Contratual da FIRST AUTOVIÁRIA LTDA por meio da qual ANTENOR DE ARAÚJO deixou de fazer parte definitivamente desta sociedade.

ENTREGA

Após esclarecerem sua versão dos fatos, FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA pediram que fosse elaborado **Parecer Jurídico**, de 05 a 10 páginas, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) acerto ou não do procedimento adotado, notadamente no que diz respeito à sua responsabilização direta pelo débitos de terceiros; b) quais são os meios processuais adequados para que se obtenha a suspensão imediata dos efeitos da decisão e, também, sua dissociação do suposto grupo econômico de fato apontado pela UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL e reconhecido pelo juízo.

FIRST AUTOVIÁRIA LTDA e BRUNA BAHIA salientaram, ainda, que, além da resposta clara às indagações, a indicação de outra(s) possível(is) linha(s) de defesa de seus interesses no caso poderia ser fator determinante para a contratação do escritório para a atuação na demanda.

Além disso, o escritório também deverá montar uma **Apresentação de Slides** com um resumo dos principais pontos do parecer, a ser exposta à comissão julgadora, no prazo de 10 minutos.

Bom trabalho!

DESAFIO 24h CESUPA LAW

CASO 02 – O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL NAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

Fonseca Brasil Simeí Olibevio Advogados

Gustavo Freire da Fonseca – Sócio
Eduardo Tadeu Francez Brasil – Sócio
Jean Paolo Simeí e Silva – Sócio
Adelvan Olivério Silva – Sócio
Brahim Bitar de Sousa – Sócio

RESUMO DO CASO

Trata-se de Ação Revisional de Contrato de Promessa de Compra e Venda, cumulada com pleito indenizatório, fundamentado em possíveis danos materiais e morais. Em Petição Inicial, sustenta o requerente que em 30/09/2013 pactuou o Contrato de Promessa de Compra e Venda, para assegurar a futura alienação da unidade autônoma nº604 do Condomínio “Terra” pelo valor ajustado de R\$133.471,50 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos). O requerente, em suma, afirma que o empreendimento não foi entregue dentro prazo estabelecido em contrato, o que tem lhe gerado inúmeros prejuízos. Neste sentido, as requeridas, quais sejam a Incorporadora e a Empresa de Engenharia, pretendem contratar um escritório de advocacia especializado em demandas que envolvam incorporações imobiliárias, para que este apresente a medida processual cabível em face da Sentença, a qual julgou parcialmente procedente os pedidos da Petição Inicial.

INTRODUÇÃO

Após um intenso período de crescimento da construção civil no país, a qual gerou um aumento acentuado de negócio jurídicos que visavam assegurar a futura alienação de unidades autônomas, o mercado imobiliário transita por um momento de instabilidade.

Em virtude desta fase, a qual está diretamente ligada com o desaquecimento da economia e a escassez de crédito no mercado, inúmeras construtoras e incorporadoras deixaram de entregar os empreendimentos imobiliários dentro prazo contratual estabelecido.

Diante deste inadimplemento contratual, foram distribuídas inúmeras ações judiciais, onde os litigantes, em regra, estão pleiteando indenização para reparar as perdas e os danos sofridos.

Ocorre que muitos destes litigantes estão, indevidamente, realizando pedidos que são incompatíveis entre si ou que possuem valores que extrapolam a razoabilidade.

Desta forma, cada vez mais, é imperiosa a atuação dos escritórios de advocacia, os quais, por sua vez, precisam encontrar alternativas para atenuar ou afastar as condenações judiciais, na medida em que os altos valores estipulados em indenizações poderão gerar um passivo que inviabiliza a manutenção da atividade empresarial.

Em face do exposto, o presente caso tem como objetivo central a utilização de todas as habilidades que envolvam o Direito Civil e Processual Civil, para que seja possível obter um resultado satisfatório para o cliente.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

As requeridas, em virtude da crise no mercado imobiliário, não entregaram o empreendimento “Terra” dentro do prazo contratual. Em razão disto, inúmeros compradores distribuíram ações com o intuito de rever as cláusulas contratuais do Contrato de Promessa de Compra e Venda, bem como o ressarcimento moral e material.

Assim, com o intuito de diminuir o impacto financeiros das condenações, as requeridas buscaram assistência jurídica especializada, a qual terá como foco criar argumentos robustos, utilizando a

legislação cível e processual civil, jurisprudência de Tribunais superiores e o próprio contrato pactuado entre as partes.

Neste sentido, o grupo ficará responsável por elaborar a estratégia processual mais adequada para solucionar o problema jurídico exposto, da mesma forma que estes deverão apresentar argumentos capazes minorar ou afastar totalmente a condenação do cliente, conforme orientações abaixo.

HISTÓRICO E SITUAÇÃO PROBLEMA

Petição Inicial. (Anexo I). Cuida-se de Ação Revisional, cumulada com pleito indenizatório, a qual foi ajuizada em face das requeridas e que possui os seguintes pedidos: a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita; b) a concessão de tutela de urgência satisfativa, a qual versa sobre pagamento mensal, a título de alugueis, no valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) até a efetiva entrega da unidade autônoma; c) a confirmação da tutela de urgência; d) a condenação ao pagamento de indenização a título de danos materiais, modalidade lucros cessantes, no valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), contados desde o primeiro dia de atraso da entrega da unidade autônoma; e) a condenação ao ressarcimento dos valores pagos a título de taxa de evolução de obra; f) a condenação ao pagamento de indenização a título de danos morais no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais); g) a condenação ao pagamento de multa contratual prevista em Cláusula 7.I do Contrato de Promessa de Compra e Venda e; h) a condenação ao ressarcimento dos valores pagos a título de taxa de corretagem.

Decisão Interlocutória. Suspensão. (Anexo II). Em Decisão Interlocutória, o Juízo declarou a suspensão do feito até o julgamento dos Temas 970 e 971, haja vista que Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o sobrestamento de todos os processos em que esteja presente a discussão de cumulação dos lucros cessantes e cláusula penal moratória, bem como a possibilidade de inversão de cláusula penal fixada em desfavor do compromissário comprador.

Aditamento da Petição Inicial. (Anexo III). Posteriormente, o requerente aditou a Petição Inicial, suprimindo o pedido que versa sobre o pagamento de multa contratual e, por fim, requereu o prosseguimento do feito.

Decisão Interlocutória. Tutela Antecipada. (Anexo IV). Em Decisão Interlocutória, o Juízo acolheu o pedido de desistência, determinou o prosseguimento do feito e deferiu parcialmente a tutela de urgência.

Audiência de Conciliação. (Anexo V). Em 16/10/2018 foi realizada audiência de conciliação, a qual foi infrutífera. Neste mesmo ato, as partes firmaram negócio jurídico processual que estipulou a calendarização processual dos futuros atos que viriam a ser praticados.

Contestação. Em 06/11/2018 foi oferecida, tempestivamente, a peça contestatória, a qual expôs todas as razões de fato e direito, impugnado pontualmente todos os pedidos do requerente.

Réplica. Em 19/11/2018 foi apresentada, tempestivamente, a réplica a contestação.

Decisão de Saneamento. (Anexo VI). Em 06/02/2019 o juízo saneou o processo: a) deliberando sobre as preliminares; b) fixando os pontos controvertidos e; distribuindo o ônus da prova.

Manifestação a Decisão de Saneamento e outras requisições. (Anexo VII). Em 12/02/2019 o requerente se manifestou sobre a referida decisão.

Decisão Interlocutória. (Anexo VIII). Em Decisão o juízo acolheu manifestação do requerente, incluindo novo ponto controvertido, bem como determinou o cumprimento da liminar sob pena de multa diária no valor de R\$1.000,00 (mil reais), limitado a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Sentença. (Anexo IX). Em 07/02/2020 o juízo prolatou sentença, deferindo parcialmente os pedidos do requerente, a qual não foi publicada.

Certidão de Trânsito em Julgado. (Anexo X). Em 23/03/2020 o foi juntada nos autos eletrônicos a certidão de trânsito em julgado.

Cumprimento de Sentença. (Anexo XI). Em 15/07/2020 o requerente pleiteou o iniciou do cumprimento de sentença.

ENTREGA

Ante todo o exposto, incube ao escritório montar uma apresentação, na forma de **sustentação oral** com slides, de no máximo 10 minutos, que contemple obrigatoriamente os seguintes pontos, considerando que seu **escritório representa os interesses da empresa requerida:**

- a) Qual a peça processual cabível;
- b) Quais os aspectos processuais relevantes para a defesa dos interesses do cliente;
- c) No mérito, o eventual acerto ou desacerto da decisão judicial considerando a jurisprudência do STJ acerca da indenização em decorrência do atraso na entrega do imóvel.

ANEXOS

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS;
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. SUSPENSÃO;
ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL;
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. TUTELA ANTECIPADA;
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO;
CONTESTAÇÃO;
RÉPLICA;
DECISÃO DE SANEAMENTO;
MANIFESTAÇÃO A DECISÃO DE SANEAMENTO E OUTRAS REQUISIÇÕES;
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA;
SENTENÇA;
CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO;
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

DESAFIO 24h CESUPA LAW

CASO 3 – AS “DORES” DO RESTAURANTE TRAPIZZINO

Mendes Advocacia & Consultoria

Felipe Prata Mendes – Sócio
Lucca Darwich Mendes – Sócio
João Paulo Mendes Neto – Sócio

RESUMO DO CASO

Um restaurante italiano chamado Trapizzino, que foi inaugurado em 2018 na região Metropolitana de Belém, pretende contratar um escritório de advocacia especializado para solucionar algumas demandas trabalhistas. A empresa demonstra grande preocupação com uma sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos apresentados pelo reclamante, em um caso de reconhecimento de vínculo de emprego. O restaurante deve apresentar a medida processual cabível em tempo hábil, sob pena de transitar em julgado, assim como o patrono da empresa deve se preparar para a sustentação oral no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. De outra banda, a empresa está medindo esforços para realizar uma negociação coletiva com o Sindicato profissional, que abranja matérias importantes para a organização e busca medidas eficazes para evitar a constituição de outros débitos trabalhistas.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, como conjunto de atividades relacionadas ao sustento de milhares de trabalhadores, está diretamente relacionada à oferta, à demanda e aos agentes econômicos que influenciam na contratação de empregados.

Nesse sentido, verifica-se que o Direito do Trabalho é imprescindível para qualquer empresa que dependa de colaboradores para que a atividade fim seja exercida.

Com a pandemia da Covid-19, muitas transformações socioeconômicas foram constatadas, e os direitos relativos ao trabalho exercem papel preponderante na sociedade. A exemplo disso, foram editadas as Medidas Provisórias em 2020 e 2021 para regular os direitos dos trabalhadores em meio à pandemia da Covid-19.

Essas medidas foram importantes para o mercado nacional, na medida em que confirmaram a necessidade da manutenção dos empregos. Desafios multifacetados são visualizados, como, por exemplo, a garantia de emprego dos trabalhadores, a busca pela continuidade das atividades empresariais, o papel dos sindicatos, dentre outros.

Nessa perspectiva, mais do que nunca, as empresas precisam encontrar alternativas para manter o negócio ativo, com a consequente manutenção dos postos de trabalho.

Assim, o presente caso possui como objetivo central a utilização de todas as hard skills que envolvam o Direito do Trabalho e a legislação atual, bem como o uso das soft skills como habilidades essenciais para alcançar resultados satisfatórios para o cliente.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO

A empresa Trapizzino foi severamente afetada pela pandemia da Covid-19. O restaurante familiar, por se tratar de uma empresa de pequeno porte, passa por grandes dificuldades de recuperar a receita perdida no ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021.

Além da dificuldade decorrente do cenário global, a empresa está se deparando com problemas em matéria trabalhista, que surgiram antes do contexto pandêmico, mas vieram à tona no ano de 2021.

A partir da identificação das falhas, a empresa familiar está dedicada em reorganizar seus processos internos, a fim de evitar a constituição de um passivo trabalhista que inviabilize a manutenção das atividades.

Nesse sentido, os entregáveis do grupo incluem demandas processuais; preventivas e estratégicas, com foco no problema do cliente, a fim de encontrar as alternativas eficientes para o setor explorado.

HISTÓRICO E SITUAÇÃO PROBLEMA

Trata-se de processo trabalhista ajuizado em 10/06/2021 pelo reclamante Cláudio Marques, com pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com a reclamada Trapizzino.

A contestação e os documentos correlatos foram apresentados no dia da audiência de instrução, 20/07/2021 (Anexo II, III).

A r. sentença julgou o processo parcialmente procedente para o reclamante, reconhecendo o vínculo de emprego e condenando a reclamada ao pagamento de diferenças salariais e reflexos, 13^a salário durante todo o pacto; Férias + 1/3; FGTS, INSS, adicional de periculosidade e verbas rescisórias. (Anexo IV)

ENTREGA

Nesse sentido, diante da narrativa fática exposta, incumbe ao grupo elaborar a medida processual cabível, além de memoriais, a serem apresentados aos julgadores. Posteriormente, deverá ser realizada a sustentação oral, nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região (em anexo).

Concomitantemente à resolução do problema judicial, a empresa pretende negociar algumas matérias em instrumento coletivo com o sindicato da categoria, a fim de atribuir segurança jurídica a algumas práticas cotidianas (Anexos VI e VII).

Assim, o grupo deve apresentar soluções jurídicas executáveis, acompanhada da elaboração de documentos que implementem, na prática, as soluções propostas. Ressalta-se que o sindicato profissional tem se mostrado aberto ao diálogo, desde que não haja qualquer violação a direitos fundamentais dos trabalhadores.

Ademais, ciente da nova Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), que entrou em vigor em 2020, a empresa busca entender a sua importância e como ela se aplica às relações de trabalho do restaurante. A ideia é que haja um entendimento sobre os aspectos gerais da lei e, ao mesmo tempo, um norte acerca de um caminho adequado para a adequação das relações laborais aos preceitos legais.

ANEXOS

PETIÇÃO INICIAL

CONTESTAÇÃO

ATA DE AUDIÊNCIA

SENTENÇA

REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 8ª REGIÃO

CONVENÇÃO COLETIVA DOS BARES E RESTAURANTES

LISTA DE TEMAS PRIORITÁRIOS PARA O RESTAURANTE